

FORÇAS E DINÂMICAS NA ORIGEM DA GUERRA DO PARAGUAI – UMA PERSPETIVA

RAQUEL DE CARIA PATRÍCIO

raqueldecariapatricio@gmail.com

Licenciada e mestre em Relações Internacionais pelo ISCSP/UTL. Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, onde iniciou a sua carreira académica, é especialista em questões latino-americanas, possuindo diversos artigos e livros sobre a temática e sobre teoria das Relações Internacionais, área à qual também se dedica. É hoje Professora Associada no ISCSP, Universidade de Lisboa (Portugal) e Professora Convidada da Universidade Autónoma de Lisboa.

Resumo

O objetivo central deste artigo é o de compreender e analisar as motivações internas e regionais dos Estados da Bacia do Prata e as suas vinculações externas, por forma a elucidar a conjuntura política que haveria de levar o Império do Brasil a realizar, em abril de 1864, um *ultimatum* ao governo uruguaio e, na sequência, a adentrar em território uruguaio, provocando a intervenção paraguaia no Mato Grosso e no território argentino contíguo, para alcançar o Rio Grande do Sul, dando início à Guerra do Paraguai, em dezembro. Considerando-se que as causas do conflito se centram, fundamentalmente, nas relações interplatinas, particularmente envolvendo a livre navegação nos rios Paraná e Paraguai, os interesses do Brasil no Uruguai, a ambição da Argentina de Bartolomé Mitre (1862-1868) de consolidar a unidade política recém-alcançada e as ameaças à reduzida estabilidade regional colocadas pela política expansionista e militarista do ditador paraguaio Solano López (1862-1870), conclui-se que o Reino Unido não orquestrou a guerra, tampouco que esta foi resultado do imperialismo britânico, antes sendo expressão da tradição de violência da década de 1860, que caracterizara o processo de construção do Estado nacional na Bacia do Prata. Na verdade, o fim do conflito haveria de tornar claro o nacionalismo, antes desconhecido de todos, como elemento determinante para esse processo de construção do Estado nacional na região.

Palavras-chave

Guerra do Paraguai, Império do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai.

Abstract

The central aim of this article is to understand and analyse the internal and regional motivations of the River Plate Basin states and their external ties, in order to elucidate the political situation that would lead the Empire of Brazil to issue an *ultimatum* to the Uruguayan government in April 1864 and, subsequently, to invade Uruguayan territory, provoking the Paraguayan intervention in Mato Grosso and in the adjoining Argentine territory, in order to reach Rio Grande do Sul. The Paraguayan War would begin in December. We consider that the causes of the conflict were fundamentally centred on inter-Platin relations, particularly involving free navigation on the Paraná and Paraguay rivers, Brazil's interests in Uruguay, the ambition of the Argentinian leader Bartolomé Mitre (1862-1868) to consolidate the newly achieved political unity and the threats to the limited regional stability posed by the expansionist and militaristic policy of the Paraguayan dictator Solano López (1862-1870). We conclude that the United Kingdom did not orchestrate the war, nor that it was the result of



British imperialism, but rather an expression of the tradition of violence of the 1860s, which characterised the process of building the national state in the River Plate Basin. In fact, the end of the conflict would make nationalism, previously unknown to everyone, clear as a determining element in the process of building a national state in the region.

Keywords

Paraguayan War, Empire of Brazil, Argentina, Paraguay, Uruguay.

Resumen

El objetivo central de este artículo es comprender y analizar las motivaciones internas y regionales de los Estados de la Cuenca del Plata y sus vínculos externos, con el fin de dilucidar la coyuntura política que llevaría al Imperio de Brasil a dar un ultimátum al gobierno uruguayo en abril de 1864 y, posteriormente, a penetrar en territorio uruguayo, provocando la intervención paraguaya en Mato Grosso y en el contiguo territorio argentino, hasta llegar a Rio Grande do Sul, dando inicio a la Guerra del Paraguay en diciembre. Considerando que las causas del conflicto se centraron fundamentalmente en las relaciones interplatinas, en particular en lo que se refiere a la libre navegación de los ríos Paraná y Paraguay, los intereses de Brasil en Uruguay, la ambición de la Argentina de Bartolomé Mitre (1862-1868) de consolidar la recién lograda unidad política y las amenazas a la reducida estabilidad regional que representaba la política expansionista y militarista del dictador paraguayo Solano López (1862-1870), se puede concluir que el Reino Unido no orquestó la guerra, ni que ésta fuera el resultado del imperialismo británico, sino más bien una expresión de la tradición de violencia de la década de 1860, que había caracterizado el proceso de construcción del Estado nacional en la Cuenca del Plata. De hecho, el fin del conflicto pondría en evidencia que el nacionalismo, hasta entonces desconocido, fue un elemento determinante en el proceso de construcción del Estado nacional en la región.

Palabras clave

Guerra del Paraguay, Imperio de Brasil, Argentina, Paraguay, Uruguay.

Como citar este artigo

Patrício, Raquel (2024). *Forças e Dinâmicas na Origem da Guerra do Paraguai – uma Perspetiva*. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL14, N2, TD2 - "Portugal e Brasil: história, presente e futuro". <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0124.4>

Artigo recebido em 31 de Outubro de 2023 e aceite para publicação em 26 de Janeiro de 2024





FORÇAS E DINÂMICAS NA ORIGEM DA GUERRA DO PARAGUAI – UMA PERSPETIVA

RAQUEL DE CARIAS PATRÍCIO

1. Introdução

As causas e as origens da Guerra do Paraguai (1864-1870) centram-se no contexto de interesses entrecruzados que envolvia o Império do Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, ameaçando a estabilidade na Bacia do Rio da Prata.

O Brasil gozava de equilíbrio interno, em função da forma como decorrera a sua independência (1822), apresentando, também, uma inserção no capitalismo mundial significativa, sobretudo enquanto exportador de matérias-primas (Torralba, 1995) e possuía uma política externa caracterizada pelo expansionismo iniciado pelos colonizadores, procurando ter, frente aos vizinhos do Prata, uma posição hegemónica.

A fragmentação interna da Argentina, dividida entre os federalistas e os unitários, favorecia o Brasil, que procurava conter a ambição expansionista dos unitários, até que Bartolomé Mitre (1862-1868) assumisse a presidência da República e alcançasse a unificação do Estado, após a Guerra do Paraguai (Menezes, 1998).

No Uruguai, intensa instabilidade caracterizou, também, o período pré-conflito, em função da guerra anterior à criação do Estado do Uruguai, da influência económica do Brasil na região, dos interesses britânicos por detrás da criação do Uruguai e da alternância, no poder, dos Partidos Blanco e Colorado, que haveria de gerar, no país, uma guerra civil de vinte anos (Menezes, 1998).

O pior seriam as medidas contra o Império do Brasil e o governo argentino de Bartolomé Mitre adotadas durante a presidência do Blanco uruguaio Bernardo Berro (1860-1864), que levaram o Brasil e a Argentina a apoiar o Partido Colorado. Como consequência, Berro recorreria aos federalistas argentinos e ao governo paraguaio.

O Paraguai, por seu lado, não apresentava uma conjuntura interna e uma inserção regional menos instável, desde logo porque uma parte do seu território surgia como alvo das pretensões brasileiras e, outra, como alvo da ambição argentina. Por outro lado, o Paraguai pré-guerra, da independência ao fim do conflito, vinha sendo gerido por governos autocráticos. Na ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia (1811-1840), *El Supremo*, o país se recusara a se inserir no mercado capitalista mundial e com a ascensão de Carlos António López (1844-1862), apesar de o governo continuar a ser autoritário, foi trazida uma visão mais progressista para o Paraguai. Com a morte de Carlos López (1862), assume o poder o seu filho Francisco Solano López (1862-1870), que dá continuidade à política autoritária dos seus antecessores e aumenta a participação



do país nas decisões e nos conflitos na Bacia do Prata, criando problemas com o Rio de Janeiro, Buenos Aires e com os Colorados uruguaios.

A conjuntura estava, em 1864, densa e, em abril, o Brasil, sentindo-se lesado pelo governo Blanco uruguaio, não tardaria a fazer um *ultimatum* a Bernardo Berro, naquilo que, em dezembro, desencadearia a Guerra do Paraguai (Maestri, 2014).

Considerando que as causas do conflito se centram, fundamentalmente, nas relações interplatinas, particularmente nos conflitos que envolviam os direitos à livre navegação nos rios Paraná e Paraguai, os interesses do Brasil no Uruguai, a ambição da Argentina de Mitre de consolidar a unidade política recém-alcançada e as ameaças ao equilíbrio regional colocadas por Solano López, a verdade é que a partir da década de 1980 a Guerra do Paraguai tornou-se num objeto de estudo respeitável na Academia. Sendo estudada sob inúmeros pontos de vista, chegou-se à conclusão de que o Reino Unido não orquestrara a guerra, sequer que esta havia resultado do imperialismo britânico (Menezes, 2012), antes se ligando ao violento processo de construção do Estado nacional na Bacia do Prata (Moniz Bandeira, 1985, 1998).

O argumento aqui defendido vai ao encontro desta linha de pensamento, de modo que o objetivo central deste artigo é compreender e analisar a conjuntura política dos Estados envolvidos na guerra nos anos que a precederam, por forma a averiguar as motivações regionais que desembocaram na tragédia platina do século XIX. Pretende-se compreender e analisar a conjuntura política dos Estados da Bacia do Prata e as suas vinculações externas, visando elucidar as causas internas e regionais que motivaram os desentendimentos, inserindo os acontecimentos no contexto histórico em que foram gerados e com sentido crítico de interpretação.

Tendo em conta que a literatura é vasta e prolixa, este *paper* concentra-se na análise das causas e origens do conflito. Ainda assim, e como é inviável cobrir mais de um século de publicações, procura-se avaliar a literatura clássica sobre o enunciado e, ao menos, introduzir o leitor nos principais debates e questões que enformam a pesquisa.

2. Abordagens à Guerra do Paraguai

As explicações das causas da Guerra do Paraguai divergem em algumas linhas de pensamento. As memórias foram um importante meio de se abordar o conflito. No Paraguai, este estilo floresceu por cerca de três décadas após o fim da guerra, suportando ou condenando o legado de Solano López. Escritores dos países aliados também contribuíram para esta forma de caracterizar o conflito, retratando o heroísmo das suas forças vitoriosas. Identicamente, viajantes estrangeiros deixaram testemunhos interessantes sobre a resistência paraguaia como uma epopeia pela sobrevivência nacional e, ainda, testemunhos dando conta do estilo centralizado da liderança de Solano López (Izecksohn, 2019).

Outra forma de abordar a Guerra do Paraguai, feita posteriormente, centrou-se nos assuntos militares e diplomáticos, com extensa revisão do pensamento sobre o conflito, que acompanhou a evolução da agenda política (Schneider, 1875).

De acordo com a historiografia tradicional, o ditador paraguaio Francisco Solano López era o líder quase desequilibrado de um Estado agrícola e atrasado, autor dos erros



militares e da condução das operações militares que custaram a vida a milhares de soldados paraguaios. Considerado o responsável pela destruição do seu país e pelo conflito, ao invadir o Mato Grosso, López era, também, considerado responsável pela derrota, em lugar de pôr fim ao conflito. Esta historiografia conservadora reduziu a explicação da guerra às características pessoais do líder paraguaio, tido como ambicioso e magnânimo. Mas não admira que assim tenha sido, uma vez que lhe faltaram conhecimentos metodológicos, documentação acessível e, até, sentido crítico (Doratioto, 2002).

O criticismo emergiu, entretanto, em qualquer lugar onde houvesse livre circulação de materiais impressos. Nesses lugares, tanto para os militares que haviam participado na guerra, quanto para as populações civis em geral, de ambos os lados, o conflito era impopular e a sua experiência estava marcada pela violência, pela fome, pela miséria e pelo medo constante da morte. Porém, o debate público acerca do conflito era mais intenso na Argentina, já que aqui o final da guerra havia mexido com o processo de unificação nacional ainda em decorrência (Izecksohn, 2019). A literatura crítica produzida na Argentina foi rica, sobretudo do ponto de vista da condenação da participação do país na guerra, através da culpabilização da ambição do presidente Bartolomé Mitre de render o Paraguai e grande parte do Norte da Argentina ao expansionismo brasileiro. Afinal, o Paraguai era apresentado como um defensor do republicanismo latino-americano, contra o despotismo monárquico, sendo certo que o Brasil expansionista teria a ambição de submeter, à *servidão*, o Paraguai e a Argentina (Alberti, 1988).

No final do século XIX e início do seguinte, vozes discordantes a esta historiografia surgiram. No Brasil, os positivistas demonstravam-se antimonárquicos, de modo que passaram a responsabilizar o Império pelo início da guerra. No Paraguai, essa argumentação transcendeu o período de guerra e ressurgiu mais tarde, nos trabalhos dos revisionistas, que haveriam de se consolidar no país no início do século XX. Em conformidade, o revisionismo sobre Solano López originou a reconstrução da sua imagem como um estadista e um chefe militar, um líder nacionalista que lutou pela soberania do Paraguai e sob cujo regime os interesses e as necessidades do país foram atendidos.

A Guerra do Paraguai foi encarada como uma conspiração contra a independência paraguaia e, na sequência, os revisionistas paraguaios retrataram o Paraguai como um país moderno e progressista, ainda que destruído pelas ações de guerra dos Aliados. Assim, a história surgia como um instrumento para formatar um nacionalismo que realçava um passado glorioso e um regime político paternalista, que dava crédito à versão histórica do *grande líder paraguaio*, que se transformou na base da versão oficial paraguaia dos factos (O'Leary, 1919).

Se esta revisão da imagem de López é elaborada por razões financeiras, a mesma é feita, também, por ditadores que, desde os anos 1930, vinham procurando legitimar-se. Rafael Franco (1936-1937) oficializou a nova imagem de Solano López, Higinio Morinigo (1940-1948) fortaleceu-a e Alfredo Stroessner (1954-1959) transformou-a em ideologia oficial de Estado, fazendo a apologia da ditadura lopizta. Esta historiografia, tendo acompanhado a ascensão do autoritarismo no país, permitiu que o Partido Colorado mantivesse a hegemonia durante a maior parte do século XX, seguindo o legado de



López. Ademais, tendo-se disseminado pelas Forças Armadas e por outras instituições, esta abordagem ao passado é ainda forte em diversos setores da sociedade paraguaia.

Por outro lado, o revisionismo paraguaio passou a influenciar outros países da América Latina, designadamente após a Segunda Guerra Mundial, em conjunto com as Teorias da Dependência e o Marxismo. Um dos aspetos mais interessantes do revisionismo histórico foi a sua apropriação por distintas correntes de pensamento, como a esquerda peronista argentina, os trotskyistas e as diferentes gerações de marxistas (Izecksohn, 2019).

Na década de 1960, a esquerda argentina, sob influência das Teorias da Dependência, apropriou-se do revisionismo e acrescentou-lhe dois elementos: a influência britânica como força motriz por detrás da Tríplice Aliança e o isolamento paraguaio como alternativa ao livre comércio na Bacia do Prata. Do mesmo modo, o subdesenvolvimento latino-americano e a dependência que a região desenvolvera frente aos Estados Unidos da América (EUA) após a Segunda Guerra Mundial eram amplamente criticados, enquanto a derrota paraguaia era encarada como epopeia, mas também como uma antecipação das lutas do Terceiro Mundo contra os centros do capitalismo internacional (Galeano, 2010).

Novas versões abordando a dependência argentina frente aos capitais britânicos eram igualmente elaboradas, bem como análises do Paraguai enquanto vítima da unificação argentina e reflexões sobre a influência britânica neste processo (Pomer, 1968). Na verdade, à época, as interpretações do conflito do ponto de vista da *Pax Britannica*, especialmente de como o Reino Unido influenciara os Aliados a manter o domínio sobre o *status quo* regional, predominavam (Pomer, 1968; Peñalba, 1979).

No Brasil, o revisionismo chegou no final dos anos 1970, com análises sobre a dizimação da população paraguaia pré-conflito, genocídios raciais ocorridos entre a população escrava negra brasileira, desigualdades no seu sistema de recrutamento e ainda sobre a própria resistência popular ao longo da guerra (Chiavennato, 1979), sendo certo que, se essas interpretações contribuíram para avaliar a herança militar do país, reposicionar heróis nacionais e incitar polémicas sobre o movimento negro brasileiro, contribuíram, também, para o debate nacional em torno do papel que o Brasil teria a desempenhar na América do Sul (Izecksohn, 2019).

Assim, entre os finais dos anos 1960 e a década de 1980, intelectuais nacionalistas e de esquerda da região platina promoveram Solano López a líder anti-imperialista, num novo revisionismo que tombaria para uma postura populista. Esta apresenta o Paraguai pré-conflito como um país progressista, no qual o Estado havia proporcionado a modernização do país e o bem-estar socioeconómico da população, tendo estruturado um modelo de desenvolvimento autónomo, que substituíra o modelo liberal capitalista imposto pelos britânicos na região (Bethell 1995; Doratioto, 2002). De acordo com esta explicação, o Brasil e a Argentina terão sido manipulados pelos interesses britânicos no sentido de, através do conflito, extinguir o desenvolvimento autónomo paraguaio, de modo que as origens da guerra devem ser procuradas no extraordinário envolvimento do imperialismo britânico no Prata (Bethell, 1995).

Assim, o Paraguai era descrito como vítima da agressão capitalista e imperialista (Pomer, 1968), o Reino Unido surgia como um inimigo implacável do Paraguai e um poderoso



aliado do Brasil, da Argentina e do Uruguai na Tríplice Aliança (Peñalba, 1979; Chiavennato, 1979; Galeano, 2010).

Ao promover, apoiar e financiar a guerra de agressão contra López, mantida por essa aliança, o Reino Unido pretendia, não apenas abrir o Paraguai, única economia da América Latina a permanecer fechada, após a independência, aos manufaturados e aos capitais britânicos, como também assegurar novas fontes de matérias-primas, visando a falência dos suprimentos norte-americanos na sequência da Guerra Civil (1861-1865), como, ainda, destruir o esforço de desenvolvimento autónomo que o Paraguai havia feito, substituindo o modelo capitalista imposto pelos britânicos (Bethell, 1995). Esta interpretação revisionista da Guerra do Paraguai tem que explicá-la no momento histórico em que foi gerada – um período, nos anos 1960-1970, durante o qual as sociedades da América do Sul viviam sob ditaduras. Uma das formas de combatê-las era desmoralizar os seus referenciais históricos e os seus alicerces ideológicos, daí que a Academia tenha aceite reproduzir conhecimento *revisionista* sobre o conflito, mistificando Solano López e encontrando, no Império britânico, o responsável pela guerra (Doratioto, 2002).

Não obstante o estímulo intelectual desta argumentação, a verdade é que pouca ou nenhuma evidência empírica pode suportá-la, como afirma a literatura (Pla, 1970; Krauer & Herken, 1983; Moniz Bandeira, 1985; Abente, 1995; Toral, 1995; Bethell, 1989, 1995; Doratioto, 1989, 1998, 2002; Menezes, 1998, 2012). Se, efetivamente, o Reino Unido tivesse sido a maior força por detrás da Guerra da Tríplice Aliança, o país teria adotado políticas e comportamentos contrários aos que regiam as suas relações com a América Latina no século XIX (Bethell, 1989).

Neste sentido, uma outra linha de pensamento sobre as origens da Guerra do Paraguai considera que as mesmas assentam nas relações interplatinas, particularmente nas disputas territoriais que ocorriam, à época, na região da Bacia do Prata, entre o Brasil e o Paraguai e entre a Argentina e o Paraguai. Estes conflitos envolviam os direitos à livre navegação nos rios Paraná e Paraguai; os crescentes interesses do Império do Brasil e, especialmente, do Rio Grande do Sul, no Uruguai; o desejo da Argentina, sob a presidência de Bartolomé Mitre, de consolidar a unidade política recém-alcancada; e as ameaças ao equilíbrio regional de poder colocadas, sobretudo, pela política expansionista de López.

Na verdade, se ao longo dos anos 1960-1970, o liberalismo económico estivera sob ataque e, concomitantemente, uma visão amplamente positiva de López e da primeira república paraguaia (1811-1870) emergira, nos anos 1980 a Guerra do Paraguai tornou-se num objeto de estudo respeitável na Academia. A dissidência política criou um clima intelectual favorável ao florescimento de pesquisas sobre questões específicas em busca de novas perspetivas sobre o conflito na América Latina, proliferando ainda as abordagens militares, enquanto em França, na Alemanha e nos EUA novos estudos eram igualmente desenvolvidos, reforçando o interesse internacional no tema. Os académicos abordavam-no do ponto de vista do processo de edificação do Estado nacional, refletindo sobre o incipiente nacionalismo emergente nos países envolvidos na guerra, ao avaliar os apelos feitos aos civis no sentido de se levantarem em defesa da sua terra. A Guerra do Paraguai foi estudada também da perspetiva do fenómeno global da violência intraestatal, característica da década de 1860, com a grande maioria das análises



refutando as abordagens revisionistas (Izecksohn, 2019), enquanto se chegava também à conclusão de que o Reino Unido não havia orquestrado a guerra, nem que esta havia sido uma representação do imperialismo britânico (Menezes, 2012), antes se ligando ao violento processo de construção do Estado nacional na Bacia do Prata (Moniz Bandeira, 1985, 1998).

3. Estados da Bacia do Prata às Vésperas da Guerra do Paraguai

Findos os processos independentistas do Paraguai (1811), da Argentina (1816), do Brasil (1822) e do Uruguai (1828), inúmeras desconfianças das repúblicas recém-emancipadas frente ao Império geraram-se.

De facto, em matéria de constituição, o Brasil contara com incalculáveis vantagens relativamente a essas repúblicas, o que lhe possibilitara a detenção de um poder incomparavelmente maior. A independência do Brasil não fora, como nesses Estados, realizada contra os órgãos e os representantes metropolitanos; antes o fora pelo próprio príncipe herdeiro do trono português. Assim, o Brasil não sofrera, como essas repúblicas, qualquer espécie de vácuo de poder, já que herdara, praticamente intactas, as instituições administrativas, políticas e militares criadas pelos outrora colonizadores portugueses, de modo que havia um aparato estatal cuja relativa fragilidade era minorada pela experiência dos seus membros. Por outro lado, as regiões brasileiras não eram economicamente autárquicas e comunicavam-se com facilidade através da navegação marítima e fluvial¹. Desta forma, a unificação e a centralização do novo Estado, sob a forma imperial, ocorreram no momento mesmo da independência (Doratioto, 1989, 1998).

No Vice-Reino do Rio da Prata a evolução foi distinta. A burguesia mercantil de Buenos Aires, que assentava, no porto dessa cidade, o foco de irradiação de poder, não conseguiu unificar, sob sua hegemonia, as economias das províncias do antigo Vice-Reino, para assim construir um mercado nacional, já que as oligarquias regionais reagiram, em defesa da sua autonomia e dos seus privilégios locais, optando pela via federal (Doratioto, 1989, 1998). Consequentemente, a fragilidade da Argentina, enquanto Estado, era uma realidade, perante a coesão do Império do Brasil, cuja supremacia evidenciara-se rapidamente no Cone Sul.

Do mesmo modo, as questões pendentes sobre o estabelecimento de fronteiras com o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai geravam desconfianças das repúblicas do Prata relativamente ao Brasil, já que aquelas acreditavam que o Brasil teria pretensões expansionistas sobre elas e poderia, até, ser um instrumento da Santa Aliança visando a *recolonização* de antigos territórios.

Na verdade, na primeira metade do século XIX, o Brasil procurou ter, frente aos vizinhos da Bacia do Prata, uma posição hegemónica, não apenas em função das relações económicas que mantinha com as principais potências europeias, como também graças

¹ Apenas o Mato Grosso constituía um território de maior vulnerabilidade, já que, isolado por terra do resto do Império, precisava, para com este contactar, de navegar pelo estuário do rio da Prata e pelos rios Paraná e Paraguai.



à sua posição privilegiada e grandeza geográficas, o que lhe angariava fatores de poder objetivos que se convertiam em poder de negociação frente aos Estados europeus.

Também a política externa imperial relativamente aos vizinhos platinos, durante a primeira metade do século XIX, tinha como principais orientações a demarcação das fronteiras, especialmente com o Paraguai, a contenção da ambição da Argentina de recompor o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, do qual esta seria o epicentro, e o alcance da livre navegação sobre o rio da Prata, a via de comunicação principal e mais rápida com o distante Mato Grosso (Doratioto, 2002).

A situação interna da Argentina era muito diferente e bem mais complexa, já que, desde a independência e o fim do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, a república se encontrava dividida entre os federalistas, que lutavam pela Confederação Argentina, e os unitários, que desejavam recriar o Vice-Reino do Rio da Prata.

A fragmentação da Argentina, sobretudo atentando que as províncias do interior, Entre Rios e Corrientes, não se consideravam subordinadas a Buenos Aires, favorecia o Brasil, que procurava conter a ambição expansionista dos unitários. Uma simples aproximação da Argentina aos restantes países do Prata poderia significar a reconstrução do Vice-Reino, um Estado que faria frente ao Brasil, quer geográfica, quer demograficamente, logo também politicamente, sendo certo que o presidente argentino, Juan Manuel Rosas (1829-1832, 1835-1851), buscava por todos os meios alcançar a antiga união. Por esta razão, o Brasil apoiava as províncias que compunham a Confederação, Entre Rios e Corrientes (Menezes, 1998).

O apogeu da crise argentina ocorreu em 1856, quando Justo José Urquiza, então governador da província de Entre Rios, após vários levantes contra Rosas, foi nomeado presidente da Confederação Argentina de 1856 a 1860. As desavenças entre federalistas e unitários continuaram e, em 1861, Bartolomé Mitre, governador de Buenos Aires, liderou uma ofensiva contra Urquiza, após outra falhada, e assumiu a presidência da República, iniciando a última e exitosa campanha para a unificação da Argentina, que viria a terminar após a Guerra do Paraguai (Menezes, 1998).

O período pré-conflito também seria de intensa instabilidade no Uruguai.

Apenas após uma guerra de três anos entre o Império do Brasil e a Argentina seria criado o Uruguai como Estado soberano. Graças aos seus interesses económicos na região platina, ao Reino Unido interessava-lhe a criação do Uruguai para permitir a livre navegação no estuário do Prata. O Brasil, por seu lado, exercia grande influência económica na região, visando particularmente garantir a livre navegação na Bacia do Prata e, desta forma, o acesso à Província do Mato Grosso. Para além de ser palco destes interesses cruzados, durante a primeira metade do século XIX, o Uruguai foi também caracterizado por forte instabilidade resultante da alternância, no poder, dos Partidos Blanco e Colorado – uma instabilidade que haveria de gerar, no país, uma guerra civil que duraria dos anos 1830 aos finais da década de 1850 (Menezes, 1998).

Durante a presidência de Bernardo Berro, do Partido Blanco, a agitação foi intensa, muito em função das medidas tomadas contra o Império do Brasil e os esforços de unidade de Bartolomé Mitre no sentido de erigir um Estado nacional na Argentina, já que as Províncias da Confederação mantinham bom relacionamento com o Paraguai e com os Blancos que estavam no poder no Uruguai. Berro estabeleceu impostos que afetavam



diretamente produtores rurais brasileiros riograndenses que possuíam propriedades no Uruguai e denunciou um Tratado de Comércio e Navegação assinado com o Brasil. Simultaneamente, apoiou as forças federalistas da oposição a Mitre, que chegavam, mesmo, a utilizar o porto de Montevideú para o comércio.

Neste sentido, o Brasil e a Argentina encararam o apoio à oposição a Berro como uma oportunidade para alcançar os seus objetivos, passando a suportar o Partido Colorado. Berro sentir-se-ia ameaçado e recorreria aos federalistas argentinos e ao governo paraguaio, nos quais encontraria apoio para sustentar os avanços dos Colorados.

O Paraguai, por seu lado, não apresentava uma situação interna e uma inserção regional menos instável. Desde logo, porque uma parte do seu território surgia como alvo das pretensões brasileiras e, outra, como alvo da ambição argentina. O Brasil disputava com o Paraguai territórios incorporados na época da expansão colonial brasileira, enquanto a Argentina ambicionava incorporar ao seu território parte da região do Chaco paraguaio que já era considerada, pelos argentinos, como área litigiosa mesmo antes do conflito (Doratioto, 2002).

Ademais, o Paraguai pré-Guerra da Tríplice Aliança, da independência ao fim do conflito, vinha sendo gerido por governos autocráticos.

Se na ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia, *El Supremo*, o Paraguai se recusara a inserir no mercado capitalista mundial, sendo um produtor quase exclusivo de géneros agrícolas, cujas poucas exportações eram controladas pelo governo, e sendo um Estado politicamente isolado do resto do mundo, com a ascensão de Carlos António López, ainda que o governo continuasse a ser autoritário, uma visão mais progressista para o Paraguai foi trazida, através do investimento na educação de jovens em escolas na Europa. Ademais, Carlos López procurou uma aproximação do Paraguai aos vizinhos do Prata, numa atitude que foi bem-recebida pelo Brasil – tanto que este seria o primeiro país a reconhecer oficialmente o país como Estado independente, em setembro de 1844. Com a sua morte (1862) assume o poder o seu filho Francisco Solano López, então ministro da Guerra, que dá continuidade à política autoritária dos seus antecessores e, influenciado pelo ministério que havia gerido, passa a destinar grandes verbas do governo para a preparação de um Exército forte e bem armado para o Paraguai, enquanto adota posturas mais ativas de política externa, fazendo aumentar a participação do país nas decisões e nos conflitos da Bacia do Prata. Consequentemente, cria problemas com o Brasil e com Buenos Aires e opõe-se ainda aos Colorados do Uruguai, apoiando os Blancos, grandemente por causa da utilização do porto de Montevideú, principal via de comunicação e de escoamento da produção paraguaia para o resto do mundo (Menezes, 1998; Doratioto, 2002).

A complexa conjuntura interna que envolvia o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai tornava denso o cenário regional e, no intrincado jogo de interesses cruzados que se erigia, não tardaria que o Paraguai, na sequência da intervenção brasileira na Guerra Uruguia, invadisse o Mato Grosso, dando início à Guerra do Paraguai.



4. Causas e Origens da Guerra do Paraguai

O contexto de interesses entrecruzados que envolvia o Império do Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai ameaçava a reduzida estabilidade na Bacia do Prata, considerada a segunda maior da América do Sul, e o Brasil, sentindo-se prejudicado pelo governo uruguaio, não tardaria a fazer um *ultimatum* a Bernardo Berro, em abril de 1864, naquilo que, em dezembro, desencadearia o conflito (Maestri, 2014).

No início dos anos 1860, grandes transformações ocorriam na Bacia do Prata, relativamente à composição das forças políticas, económicas, sociais e institucionais, que teriam profundos reflexos nas relações entre os Estados da região. Na Argentina, Mitre vence Urquiza em 1861 e ascende à presidência da República no ano seguinte, o que significava o triunfo dos unitários sobre os federalistas, do liberalismo sobre a economia pré-capitalista, enquanto, por afinidade ideológica, se erguia como aliado natural da Argentina de Mitre e o Brasil.

O Uruguai surgia, ante a Argentina e o Brasil, como o *desestabilizador* do sistema, já que Berro, um Blanco, na presidência desde 1860, ainda que à frente de um governo moderado, envolvia-se simultaneamente nos dois contenciosos já mencionados, com o Brasil e com a Argentina, que se fundiam na guerra na qual o Rio Grande do Sul, em defesa dos seus interesses ameaçados, intervinha. O governo Blanco uruguaio buscava apoio no Paraguai de Solano López, que estava determinado em marcar presença efetiva no rumo dos acontecimentos regionais, estruturando, segundo o pensamento Blanco uruguaio, o *equilíbrio dos Estados*. Esta tese significa, na prática, a intenção de preservar os pequenos, o Uruguai e o Paraguai, das ambições e intervenções imperialistas dos grandes, a Argentina e o Brasil e, na teoria, a possibilidade de se construir um terceiro Estado, de dimensão e poder similares aos dois grandes, formado pelo Uruguai, Paraguai, Corrientes, Entre Rios e, eventualmente até, as missões riograndenses (Cervo & Bueno, 2011).

Entretanto, haviam sido estruturados dois eixos, que se cruzavam em Montevidéu: um ligando o Rio de Janeiro a Buenos Aires, outro fazendo a ligação entre Montevidéu e Assunção. As iniciativas do governo López dispersavam-se, todavia, na direção de Buenos Aires, Rio de Janeiro, Montevidéu e Corrientes (Cervo & Bueno, 2011).

O eixo Rio de Janeiro-Montevidéu-Buenos Aires comprometia-se a solucionar o conflito interno do Uruguai e era coordenado pelo Brasil, com o pretexto de obter reparações pelas violações praticadas contra os brasileiros residentes no Uruguai, porém o seu real objetivo era restabelecer o controlo brasileiro sobre o Uruguai e aí salvaguardar os interesses imperiais. Com estas finalidades, e perante o fracasso dos entendimentos de paz, os liberais brasileiros fizeram um *ultimatum* ao governo Blanco de Berro. As tropas brasileiras penetraram no território uruguaio e aliaram-se à sublevação (Cervo & Bueno, 2011).

Sendo aliado dos Blancos, Solano López opôs-se à invasão brasileira e atacou o Mato Grosso, dando início à Guerra do Paraguai.

O segundo eixo, Montevidéu-Assunção, era o centro principal de gravitação das atenções de Solano López. Aliás, os Blancos insistiam para que López transitasse das intenções às ações, já que, em lugar de verdadeiramente pôr em marcha o *equilíbrio dos Estados*,



Solano López buscou, durante muito tempo ainda, entendimentos com Buenos Aires e o Rio de Janeiro e apenas ameaçou responder ao *ultimatum* brasileiro ao Uruguai caso fosse executado. Na Bacia do Prata, todavia, não havia Estado que lhe desse atenção, não fosse o Paraguai o país que dispunha de forças superiores às dos vizinhos juntos somadas. Por isso, Solano López procurava criar o seu espaço diplomático e alimentava o sonho do Grande Paraguai. Ainda assim, o Brasil e a Argentina consideravam que o Paraguai não faria a guerra e desqualificavam-no internacionalmente (Cervo & Bueno, 2011).

O maior conflito internacional ocorrido, até hoje, na América Latina, a Guerra do Paraguai termina, oficialmente, com a morte de Solano López pelas tropas brasileiras, em março de 1870, na batalha do acampamento paraguaio de Cerro Corá, ainda que em setembro de 1866, López, após a derrota na batalha de Curuzu, tivesse já percebido que a guerra estivesse perdida e estivesse pronto para assinar um tratado de paz com os Aliados. Todavia, nenhum acordo fora alcançado, já que as condições de Mitre para o efeito eram que todos os artigos do Tratado da Tríplice Aliança fossem cumpridos, condições que Solano López não pôde aceitar. A guerra prolongar-se-ia por mais uns anos ainda até que, com López em fuga e o Paraguai sem governo, D. Pedro II trataria de dar ao país um governo provisório que sofreria, já em 1870, renúncias sucessivas, até que em setembro desse mesmo ano um golpe de Estado colocasse Cirilo Antonio Rivarola (1870-1871) como presidente constitucional do país, até que em novembro de 1871 renunciaria também na sequência de violentas manifestações e revoltas. Entretanto, Solano López, com cerca de duzentos homens, organizava a resistência paraguaia na cordilheira do Nordeste de Assunção. Mas o Paraguai sofria já de grave escassez de armas e suprimentos, enquanto os soldados lutavam até ao fim, nesse movimento de resistência que lhes custaria a própria vida (Doratioto, 2002).

Efetivamente, após a invasão do Paraguai, os paraguaios transformaram-se em soldados ferozes, pois apesar do medo das represálias autocráticas, consideravam que estariam em pior situação nas mãos do inimigo, de tal modo que a longa resistência paraguaia, em lugar de ser meramente atribuída à coerção do Estado, deve antes atribuir-se a crenças profundamente enraizadas que reforçaram a sua luta pela nacionalidade contra a Tríplice Aliança.

A resistência paraguaia, pelas terras devastadas do Paraguai, ao longo da guerra, foi-se constituindo como um importante elemento na estruturação da identidade paraguaia. Ainda que o conflito tenha reforçado o caráter repressivo do regime lopizta, a maioria dos paraguaios encarava a causa de López como uma luta pela independência. (Izecksohn, 2019).

Neste sentido, além dos problemas colocados pelo regresso à casa dos veteranos da Guerra do Paraguai², da completa destruição causada e da desorganização social especialmente após o fim das hostilidades, com escassez de alimentos, fome, doenças, péssimas condições sanitárias e evacuações forçadas dizimando soldados e civis dos

² A respeito do regresso, ao Império do Brasil, dos veteranos da Guerra do Paraguai, é importante notar que, mais do que a reinserção desses veteranos na sociedade, estava em causa a politização desse regresso, ou seja, descortinar a qual partido político os militares pertenceriam uma vez regressados do conflito. Afinal, as diversas famílias políticas procuravam chamar, a si, os militares regressados, provocando desconfianças no governo conservador durante todo o ano de 1870 (Soares, 2018).



países beligerantes e, particularmente no Paraguai, o fim do conflito tornou evidente um sentimento até então desconhecido de todos, o nacionalismo, que veio interferir no processo de construção do Estado nacional na Bacia do Prata.

Ainda assim, os processos de independência e de construção do Estado brasileiro guardam em si especificidades que os distinguem da América espanhola, já que se caracterizam pela preservação da unidade territorial da América portuguesa, pela adoção do regime monárquico e pela continuidade dinástica. Em contraposição a essa interpretação, desenvolveu-se outra vertente historiográfica que enfoca

as ruturas e as tensões presentes nesses processos. Sem negar as continuidades, estas revelam as diversas dimensões de um processo que envolveu resistências, negociações e composições, partindo-se do pressuposto de que a aspiração de independência, a nação e a unidade territorial não surgiram juntas e que, ao longo da primeira metade do século XIX, o processo de construção do Estado nacional envolveu o enfrentamento entre as medidas centralizadoras e as reações centrífugas, as quais expuseram as tensões e os conflitos que envolviam a imposição do projeto que se estabelecia a partir do centro político do novo Império.

Estes movimentos evidenciam

a ocorrência de divergências relativamente ao encaminhamento que vinha sendo dado ao processo e à existência de projetos alternativos que atendiam a aspirações não contempladas pela continuidade, ou mesmo pelo sentido das mudanças em curso. Nas primeiras décadas do século XIX, diante do enfrentamento dos desafios da construção do Estado nacional brasileiro, as formas assumidas pelas negociações entre o poder central que se constituía, os diferentes setores da sociedade e as várias províncias brasileiras envolveram tensões, as quais espelhavam a inconformidade com o sentido das mudanças, envolviam questões políticas e demonstravam insatisfação com a constituição dos instrumentos de poder específicos do Estado (Costa & Miranda, 2010, p. 72).

Considerações Finais

Considerando a linha interpretativa seguida por este artigo, de acordo com a qual as causas da Guerra do Paraguai se fundam nas relações interplatinas, especialmente nas disputas que então ocorriam, na Bacia do Prata, entre o Brasil e o Paraguai e entre a Argentina e o Paraguai, não tendo o conflito sido gerado pelos britânicos, tampouco sido uma imagem do seu imperialismo (Menezes, 2012), antes resultando do violento processo de construção do Estado nacional no Prata (Moniz Bandeira, 1985, 1998), é possível afirmar-se que os objetivos propostos inicialmente foram alcançados.

Tendo os acontecimentos sido inseridos no contexto histórico em que foram gerados, os mesmos foram analisados sob o ponto de vista das motivações individuais e regionais dos Estados envolvidos no conflito, nos anos que o precederam, por forma a elucidar as causas internas e regionais que motivaram os desentendimentos e desembocaram na Guerra do Paraguai, em 1864.



Na realidade, as conjunturas interna e regional dos Estados que haveriam de se defrontar na Guerra do Paraguai adensavam-se e, paralelamente, no início dos anos 1860, grandes transformações concorriam para esse fenómeno.

Enquanto, na Argentina, os unitários venciam os federalistas, com Mitre, no Uruguai, Berro envolvia-se em dois contenciosos, um com o Brasil e outro com a Argentina, que se fundiam na guerra na qual os riograndenses, em defesa dos seus interesses, intervinham. O governo Blanco uruguaio, em guerra contra os Colorados, buscava apoio em Solano López, que estava determinado em marcar presença no rumo dos acontecimentos regionais, de acordo com o *equilíbrio dos Estados* e o sonho expansionista e militarista de erigir o Grande Paraguai (Doratioto, 2002). Dependente de uma saída para o mar, o Paraguai concentrava, no porto de Montevidéu, os seus interesses comerciais, designadamente na estruturação de um eixo Montevidéu-Assunção, que a debilidade económica paraguaia frustrara em 1865 e voltaria a frustrar no pós-guerra, porquanto o projeto continuava a existir, todavia a debilidade económica guarani também. Buscando ultrapassar esta situação, a fim de sanar as dificuldades económicas e, alcançando aquela saída, obter os recursos necessários ao seu desenvolvimento, o Paraguai ambicionava edificar um só Estado. Este projeto contara, desde logo, com o apoio das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, mas chocara com os interesses da burguesia mercantil de Buenos Aires e do Império do Brasil (Moniz Bandeira, 1998).

Como resultado, o Brasil, procurando restabelecer o controlo sobre o Uruguai em guerra civil e aí salvaguardar os interesses imperiais, e uma vez falhados os entendimentos conducentes à paz, fez um *ultimatum* a Berro, em abril de 1864, na sequência do qual adentrou em território uruguaio, para aí estabelecer um governo que lhe fosse favorável o que, desencadeando a ira do Paraguai, levou-o a invadir o território brasileiro do Mato Grosso e o território argentino contíguo, pretendendo chegar ao Rio Grande do Sul. Constituindo a Tríplice Aliança desde maio de 1865, o Brasil, a Argentina e o Uruguai enfrentaram militarmente o Paraguai.

Envolvendo as Forças Armadas num conflito que não poderia vencer, López conseguiu fazer a resistência paraguaia prolongar-se por cinco anos ainda, embora, em setembro de 1866, tivesse já percebido que a guerra estivesse perdida e estivesse resignado a assinar um tratado de paz com os Aliados. Porém, nenhum acordo fora alcançado, já que as condições impostas eram inaceitáveis para López (Doratioto, 2002). Assim, após a invasão do Paraguai, os paraguaios transformaram-se em ferozes soldados. É verdade que lutavam por medo de represálias autocráticas. Mas lutavam, também, e sobretudo, porque consideravam que nas mãos do inimigo estariam em pior situação, de modo que a resistência paraguaia, em lugar de atribuir-se somente à coerção do Estado, deve antes atribuir-se a crenças enraizadas que reforçaram a sua luta pela nacionalidade contra os Aliados.

Na verdade, a Guerra do Paraguai marca o ponto alto numa longa tradição regional de violência, já que, na Bacia do Prata, após as independências, viveu-se num estado de conflituosidade interna e regional permanente, que acompanhava a integração da região na economia capitalista mundial e que, sobretudo, refletia o processo de construção dos Estados nacionais, a partir de duas visões da soberania nacional, a centralização estatal e o federalismo. A Guerra do Paraguai é, assim, um importante elemento na estruturação



das identidades nacionais (Izecksohn, 2019). Além da destruição causada, das inúmeras perdas materiais e, sobretudo, humanas, e da desorganização social, o fim do conflito vem tornar claro um sentimento até então desconhecido de todos, o nacionalismo, que passa a interferir no processo de construção do Estado nacional na Bacia do Prata.

Referências

- Abente, D. (1995). *La Guerra de la Triple Alianza: Tres Modelos Explicativos*. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos. *Passado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Ediciones y Artes, pp. 1140-1170.
- Alberti, J. B. (1988). *La Guerra del Paraguay*. Editorial Sulamericana.
- Bethell, L. (1989). Britain and Latin America in Historical Perspective. In Victor Bulmer-Thomas (Ed.), *Britain and Latin America: a Changing Relationship*. Cambridge University Press, pp. 1-24.
- Bethell, L. (1995). O Imperialismo Britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*. Nº 9 (24), pp. 269-285.
- Cervo, A. L. & Bueno, C. (2011). *História da Política Exterior do Brasil*. Ed. UnB.
- Chiavennato, J. J. (1979). *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Brasiliense.
- Costa, W. & Miranda, M. (2010). Entre os Senhores e o Império: Transformações Fiscais na Formação do Estado Brasileiro (1808-1840). *Revista Illes I Imperis* – 13 (1GL)1, pp. 72-101.
- Doratioto, F. (1989). *A Guerra do Paraguai e as Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, 1822-1889*. Dissertação de Mestrado não publicada. Brasília: Departamento de História da UnB.
- Doratioto, F. (1998). Formação dos Estados Nacionais e Expansão do Capitalismo no Século XIX. In Amado Cervo e Mario Rapoport (Orgs.), *História do Cone Sul*. Ed. UnB, pp. 167-237.
- Doratioto, F. (2002). *Maldita Guerra – Nova História da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras.
- Galeano, E. (2010). *As Veias Abertas da América Latina*. Saraiva.
- Izecksohn, V. (2019). Historiographical Trends Concerning South America's War of the Triple Alliance. *History Compass*, 17:e12589, pp. 1-11. <http://doi.org/10.1111/hic3.12589>
- Krauer, J. & Herken, M. (1983). *Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza*. Editorial Arte Nuevo.
- Maestri, M. (2014). O Imperialismo do Brasil na Bacia do Prata. *Debates e Tendências*, Vol. 14(1), Universidade de Passo Fundo, pp. 241-246. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456387017>
- Menezes, A. (1998). *Guerra do Paraguai: Como Construimos o Conflito*. Ed. Universidade Federal de Mato Grosso.



Menezes, A. (2012). *A Guerra é Nossa – a Inglaterra não Provocou a Guerra do Paraguai*. Ed. Contexto.

Moniz Bandeira, L. (1985). *O Expansionismo Brasileiro: o Papel do Brasil na Bacia do Prata, da Colonização ao Império*. Philobiblion.

Moniz Bandeira, L. (1998). *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados da Bacia do Prata – da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. UnB.

O’Leary, J. (1919). *Nuestra Epopeya*. Biblioteca Paraguaya del Centro de Estudiantes de Derecho.

Peñalba, J. (1979). *The Fourth Ally: Great Britain and the War of the Triple Alliance*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade da Califórnia.

Pla, J. (1970). Británicos en el Paraguay, 1850-1870. *Revista de História de América*, 70,. Pan-American Institute of Geography and History, pp. 339-391.

Pomer, L. (1968). *La Guerra del Paraguay: Gran Negocio!*. Ediciones Caldén.

Schneider, L. (1875). *A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República da Argentina e República Oriental do Uruguay) contra o governo do Paraguay (1864-1870) com Cartas e Planos*. Typografia Americana.

Soares, R. (2018). A Politização do Regresso ao Império dos Veteranos da Guerra do Paraguai. *Saeculum – Revista de História*, (38), pp. 147-171.

Toral, A. (1995). A Participação dos Negros Escravos na Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, 9(24), pp. 287-296.